

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.013 - RJ (2019/0023670-8)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**AGRAVANTE : MAXWELL DA CONCEICAO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS RECONHECIDAS PELO CONSELHO DE SENTENÇA. ABSOLVIÇÃO GENÉRICA PELOS JURADOS EM RELAÇÃO A UMA DAS VÍTIMAS. APELO MINISTERIAL PROVIDO PARA ANULAR O JULGAMENTO POR DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. PRECEDENTES.

Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial nos termos do dispositivo.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **Maxwell da Conceição** contra a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que inadmitiu o recurso especial por ele apresentado, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra o acórdão prolatado na Apelação Criminal n. 0044241-27.2014.8.19.0014, assim ementado (fl. 439):

APELAÇÕES CRIMINAIS. JÚRI. ART. 121, § 1º, DO CP. SENTENÇA CONDENATÓRIA. APELOS MINISTERIAL E DEFENSIVO.

Tão somente as decisões completamente incompatíveis com a prova material colhida, por apresentarem distorção na função julgadora, podem dar ensejo à sua anulação.

Tal é a hipótese destes autos, pois a decisão dos jurados não é consentânea com o quadro probatório carreado.

Diante de tudo o que foi analisado, fica claro que o Conselho de Sentença teve diante de si fartas provas da autoria do delito e decidiram, equivocadamente, absolver o ora apelado pela prática do crime em relação à vítima Sophia.

Muito embora se observe que o acusado tenha confessado parcialmente os fatos narrados na exordial perante a autoridade judiciária, merece o seu reconhecimento, na forma do disposto no artigo 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal.

A jurisprudência do STJ se firmou no sentido de que a confissão, ainda que parcial, ou mesmo qualificada - em que o agente admite a autoria dos fatos, alegando, porém, ter agido sob o pálio de excludentes de ilicitude ou de culpabilidade, deve ser reconhecida e considerada para fins de atenuar a pena, estando correta a redução aplicada.

Possível a utilização de sentenças condenatórias com trânsito em julgado para incrementar a sanção inicial, na qualidade de maus antecedentes, desde que oriundas de fatos diversos, como na hipótese em testilha.

PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL.  
DESPROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO.

Opostos embargos de declaração (fls. 463/466), esses foram rejeitados (fls. 470/476).

Nas razões do recurso especial (fls. 487/496), a defesa aponta a violação dos arts. 593, III, *d*, e 483, III e § 2º, do Código de Processo Penal. Sustenta, em suma, que, na resposta ao quesito genérico, *o jurado não se vincula a fato/teses apresentadas pelas partes ou quaisquer outras questões, decidindo de acordo unicamente com o seu senso de justiça, podendo mesmo fazê-lo por clemência* (fl. 495), razão pela qual pleiteia o restabelecimento integral da *decisão do Tribunal do Júri que absolveu o ora recorrente do delito de homicídio com relação à vítima Sophia da Silva Mota* (fl. 496).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 501/512), o recurso especial foi inadmitido pela Corte de origem por aplicação das Súmulas 83 e 7/STJ (fls. 515/519). Contra tal decisão foi interposto o agravo em análise (fls. 530/548), com contraminuta ofertada às fls. 552/555.

O Ministério Público Federal opina pelo conhecimento do agravo para negar provimento ao recurso especial (fls. 571/575).

É o relatório.

Segundo consta do acórdão, o Tribunal *a quo* conclui que *a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, uma vez que ao reconhecerem a materialidade e a autoria do réu, o absolveram, estando a resposta dos jurados em nítida contradição* (fl. 444).

Tal entendimento, todavia, é diretamente contrário às determinações do art. 483 do Código de Processo Penal, pois, conforme seus §§ 1º e 2º, a votação do quesito absolutório genérico somente ocorre quando há resposta afirmativa em relação aos quesitos referentes à materialidade e à autoria.

Outrossim, o Superior Tribunal de Justiça, em consonância com a própria

redação do referido dispositivo, tem entendimento firme no sentido de que o quesito absolutório é genérico, ou seja, deve ser formulado independentemente das teses apresentadas em plenário, em observância ao princípio da plenitude da defesa e soberania dos veredictos.

E, nesse sentido, mesmo nas hipóteses em que *os jurados tenham respondido positivamente aos quesitos da autoria e da materialidade, é possível a absolvição do réu amparada em qualquer tese defensiva, ainda que não sustentada em plenário, como decorrência lógica do sistema da íntima convicção e consagrado na norma insculpida no inciso III do art. 483 do Código de Processo Penal* (AgRg no AgRg no REsp n. 1.308.258/DF, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 22/10/2015).

Em reforço:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. TRIBUNAL DO JÚRI. QUESITO REFERENTE À ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO. ACOLHIMENTO APÓS RECONHECIMENTO DA MATERIALIDADE E AUTORIA. POSSIBILIDADE. QUESITO OBRIGATÓRIO. CONTRADIÇÃO NA RESPOSTA AFIRMATIVA AO QUESITO GENÉRICO DE ABSOLVIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

**1. A quesitação genérica da absolvição não pode ser tida por contraditória em relação ao reconhecimento da autoria e materialidade do crime de homicídio, sendo de rigor, para a anulação do julgamento absolutório pelo Tribunal do Júri, a demonstração de que a absolvição por clemência foi manifestamente contrária à prova dos autos. Precedentes.**

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp n. 1.697.167/SC, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 24/5/2018 – grifo nosso)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. AUTORIA E MATERIALIDADE RECONHECIDAS. CONTRADIÇÃO COM O QUESITO DA ABSOLVIÇÃO GENÉRICA. QUESITO OBRIGATÓRIO. SÚMULA 83 DO STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

**1. O art. 483, III, do CPP, após a alteração promovida pela Lei 11.689/2008, prevê o quesito de absolvição genérica, independentemente da tese sustentada pela defesa em plenário.**

**2. Trata-se de quesito obrigatório, não se revelando contraditório com a resposta afirmativa ao primeiro e segundo quesitos de materialidade e autoria.**

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp n. 1.215.688/DF, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 3/11/2015 – grifo nosso)

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, FORMAÇÃO DE QUADRILHA, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO. CONTRADIÇÃO ENTRE AS RESPOSTAS DOS JURADOS. INEXISTÊNCIA. ABSOLVIÇÃO GENÉRICA. POSSIBILIDADE. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. PLENITUDE DA DEFESA. 3. TESE ÚNICA DE NEGATIVA DE AUTORIA. AUTORIA E MATERIALIDADE RECONHECIDAS DURANTE A VOTAÇÃO DOS TRÊS PRIMEIROS QUESITOS. VOTAÇÃO DO QUESITO OBRIGATÓRIO RELATIVO À ABSOLVIÇÃO DO RÉU. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO ENTRE OS QUESITOS. 4. PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A *QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 5. ORDEM NÃO CONHECIDA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO.

[...]

**3. Os jurados são livres para absolver o acusado, ainda que reconheça a autoria e a materialidade do crime, e tenha o defensor sustentado tese única de negativa de autoria.**

[...]

(HC n. 206.008/SP, Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 25/4/2013 – grifo nosso)

Em acréscimo, anoto que a Terceira Seção desta Corte firmou a orientação segundo a qual a absolvição pelos jurados com base no art. 483, III, do Código de Processo Penal, só seria passível de cassação *quando ficar demonstrada a total dissociação da conclusão dos jurados com as provas apresentadas em plenário* (HC n. 313.251/RJ, Ministro Joel Ilan Paciornik, Terceira Seção, DJe 27/3/2018).

Em tais hipóteses, *deverá o Tribunal de Apelação, além de evidenciar concretamente que o veredicto absolutório não encontra nenhum respaldo nas provas dos autos, também demonstrar que a aplicação da clemência está desprovida de qualquer elemento fático que autorize a sua concessão* (HC n. 350.895/RJ, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, com acórdão de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 17/5/2017).

A corroborar:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRIBUNAL DO JÚRI. CRIME DE HOMICÍDIO. ABSOLVIÇÃO. CLEMÊNCIA. PRESUNÇÃO DE JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. ILEGALIDADE.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. Nos termos da orientação desta Casa, a "possibilidade de absolvição por clemência traz um diferencial a mais quando se trata de anular o veredicto por suposta contrariedade à provas dos autos, quando aquela for postulada pela defesa. Nessa hipótese, deverá o Tribunal de Apelação, além de evidenciar concretamente que o veredicto absolutório não encontra nenhum respaldo nas provas dos autos, também demonstrar que a aplicação da clemência está desprovida de qualquer elemento fático que autorize a sua concessão" (HC n. 350.895/RJ, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Rel. p/ Acórdão Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta TURMA, julgado em 14/3/2017, DJe 17/5/2017).

2. No caso, o colegiado local, ao anular a decisão dos jurados, não demonstrou que o acolhimento do pedido de clemência estaria completamente divorciado de lastro mínimo. Concluiu pela anulação a partir de mera presunção de que, após o reconhecimento da materialidade e autoria delitivas, a decisão absolutória seria manifestamente contrária à prova dos autos, situação de evidente constrangimento ilegal. Precedente.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC n. 401.666/RS, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 12/4/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, c, do RISTJ, **conheço** do agravo para **dar provimento** ao recurso especial, restabelecendo a decisão dos jurados que absolveu o réu em relação à vítima Sophia da Silva Mota.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator